

# POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESCOLARIZAÇÃO NO PROEJA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA REALIZADA EM DOIS ESTADOS BRASILEIROS

**Céli Mariano JORGE I** [ceulimariano@gmail.com](mailto:ceulimariano@gmail.com)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

**Jessika MATOS PAES DE BARROS**

[jessikamatos@yahoo.com.br](mailto:jessikamatos@yahoo.com.br)

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

## RESUMO

O presente trabalho centra-se em realizar um estudo comparativo entre duas turmas do curso técnico em Secretariado do PROEJA, um implantado no Paraná e outro no Mato Grosso, cujas turmas tiveram início em 2009 e concluíram em 2011. O curso do Paraná foi ofertado em escola de educação básica e profissional, enquanto em Mato Grosso em um CEJA. O PROEJA foi instituído com o Decreto nº 5.840/06 e configura a oferta da escolarização e qualificação profissional em nível técnico médio para jovens e adultos trabalhadores, com mais de 18 anos. A problemática da pesquisa decorre da reflexão sobre as formas de implantação dessa política, seu público alvo e sua efetividade em termos de adesão, e conclusão do curso. O resultado do estudo aponta que o curso realizado na escola do Paraná iniciou com 29 alunos e concluiu com 07. O curso ofertado no Mato Grosso iniciou com 26 alunos e concluiu com 15. A maioria dos alunos, matriculados e concluintes nos dois cursos foram do sexo feminino, mas com relação à faixa etária dos concluintes apresentaram divergências. No Mato Grosso predominou a faixa etária mais jovem entre 18 a 27 anos enquanto no Paraná predominou a faixa etária entre 28 a 37 anos. Os resultados apontaram elementos importantes que interferiram na efetividade dos cursos, dentre os quais destacamos a forma de organização curricular. A pesquisa adota pressupostos da abordagem qualitativa.



## INTRODUÇÃO

O tema da educação profissional há décadas insta debates em âmbito acadêmico, político e na sociedade. O direito à educação para pessoas jovens e adultas, do ponto de vista formal, tem seu marco jurídico dado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), ao determinar que o Estado deva oferecer “Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Art. 208). Da mesma forma, ao tratar especificamente da educação de jovens e adultos a LDB 9394/96 expressa que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Art. 37).

Embora tenha alcançado algumas conquistas na legislação dos últimos 25 anos, a modalidade de educação para jovens e adultos, continua relegada a segundo plano na agenda dos governantes e da própria sociedade, principalmente no se refere ao financiamento. Embora a EJA esteja recebendo recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), os valores são os menores do sistema. Além de que, “os fundos se pautam na lógica da equidade mínima e não na qualidade necessária” (Frigotto, 2007: 1144).

Como destaca Rummert (2007: 39): “É inegável que, desde 2003, a EJA tornou-se objeto de um número bem mais significativo de iniciativas do que nos períodos governamentais anteriores.” Contudo, as ações engendradas até então pela esfera estatal, foram iniciativas focais para minimizar efeitos da desigualdade estrutural brasileira, uma vez que, as diferenças injustas marcam as distâncias de condição de vida social e econômica entre as classes sociais, na sua diversidade.

Ao tratar da educação profissional, a LDB 9394/96 indica a “possibilidades de organização integrada com as diferentes formas de educação” (art. 39) e “articulação com o ensino regular ou por meio de diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (art. 40). Porém a falta de um posicionamento direto na legislação permitiu que o decreto nº 2208/97 impossibilitasse a oferta integrada em prol das ofertas sequencial e concomitante. Somente com a sua revogação pelo Decreto nº 5.154/04 a oferta da educação profissional integrada à educação básica pode ser ratificada.

Nesse contexto que favoreceu a integração, foi criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Tal programa foi instituído com a finalidade de atender a demanda social de jovens e adultos que necessitam concluir a Educação Básica e, ao mesmo tempo, almejam alcançar uma formação profissional.

Sua implantação ocorreu inicialmente nas Instituições Federais de educação pelo Decreto Nº 5.478/2005, no âmbito do ensino médio. Contudo, o Decreto foi revogado pelo Decreto Nº 5.480/2006, que ampliou a oferta para as esferas estadual, municipal e sistema S. Em 2008, esse Decreto, assim como o Decreto nº 5.154/04 foi incorporado pela Lei nº 11.741/08 assegurando a integração entre a formação profissional e a escolarização, inclusive para a educação de jovens e adultos.



Essa modalidade de oferta integrada pode ser considerada uma conquista, considerando a histórica dualidade entre ensino técnico e científico. Sobre esta histórica dualidade, destaca Buffa e Nosella (1998: 138) que:

Ironicamente, o ensino médio só não foi dual quando, antes do processo de industrialização, simplesmente excluía da escola os jovens destinados ao trabalho: a tradição escolar do Brasil pré-industrial era a escola humanista, socialmente distintiva, destinada às elites. Não havia escolas para formar trabalhadores.

O PROEJA, por exercer uma função impulsionadora da integração, se configura atualmente como foco importante de estudos dos desafios de implementar uma educação integrada.

No presente caso, pretende-se apresentar uma análise comparativa entre dois cursos técnicos em secretariado ofertados em instituições situadas em municípios e Estados brasileiros diferentes: município de Cascavel/PR e Cuiabá/MT, com finalidade de verificar a forma de implantação e organização dos dois cursos e estabelecer os diferenciais com relação ao gênero, idade e efetividade, no que se refere à permanência dos alunos no curso.

As duas instituições com oferta do curso técnico em secretariado apresentam algumas características em comum, como o fato de pertencerem à rede estadual de educação. As duas instituições apresentam boa estrutura física em termos de salas de aula, biblioteca e laboratórios. Apresentam professores habilitados nas diferentes áreas do curso, coordenação de curso, equipes pedagógicas e diretivas.

O aspecto diferencial está relacionado com o público atendido pelas duas instituições, a de Cascavel/Paraná, é uma escola de educação básica na forma regular e educação profissional; enquanto a de Cuiabá/ Mato Grosso é um centro de educação de jovens e adultos – CEJA, com atendimento específico nessa modalidade.

Nesse propósito, a investigação constou de uma análise qualitativa com pesquisa documental e empírica. Na pesquisa documental investigamos os documentos legais do PROEJA em nível do governo federal e estadual no Paraná e Mato Grosso, além de dados estatísticos do INEP (Brasil, 2012) e dados fornecidos pelas Secretarias Estaduais de cada Estado. A pesquisa empírica compreendeu de entrevista com as diretoras de cada centro para obtenção dos dados quantitativos.

Para dar conta das discussões e reflexões do trabalho, organizamos o artigo em um item maior que engloba quatro subitens, além da introdução e considerações finais. A partir do item: O contexto da implantação do PROEJA nos Estados do Paraná e Mato Grosso: diferenciais e efetividade, apresentamos os quatro subitens: os números do PROEJA no Brasil com destaque para Mato Grosso e Paraná; A questão de gênero e a permanência; A faixa etária e a permanência; O que dizem os dados.

## **1. O CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NOS ESTADOS DO PARANÁ E MATO GRASSO: DIFERENÇAS E EFETIVIDADE**

O PROEJA foi implantado na rede estadual de educação do Paraná em 2008, em 43 escolas situadas em 24 municípios do Estado, com os cursos de: Administração, Informática,



Secretariado, Logística, Meio Ambiente, Enfermagem, Agente Comunitário de Saúde, Segurança do Trabalho, Construção Civil, Eletromecânica e Nutrição. As escolas que implantaram, em 2008, foram somente aquelas que já apresentavam a oferta do ensino médio integrado, portanto, já eram credenciadas para a oferta da educação profissional e dessa forma, contemplavam a estrutura mínima necessária em termos de laboratório e biblioteca. Em 2009, a oferta do PROEJA foi estendida a três CEEBJAS<sup>1</sup> e outras escolas de educação básica totalizando em 2010, o número de 56 escolas com oferta em Proeja.

Os planos curriculares foram elaborados em conjunto pelos professores, configurando uma organização curricular semestral, em seis semestres, na forma integrada, com carga horária de 2.400 horas, variando para mais, em alguns cursos.

Os critérios de seleção dos alunos para o ingresso nos cursos foram: a conclusão do ensino fundamental e idade igual ou superior a 18 anos, com prioridade para a maior faixa etária e a menor renda familiar. Porém, para os professores não foi observado nenhum critério de seleção para a atuação nos cursos.

Com relação à experiência dos professores que atuam no PROEJA, no Paraná, Bernardim e Jorge (2012), relatam que dos 349 professores entrevistados em 2009, 12% do total, afirmaram ter mais de cinco anos de experiência na EJA; 22%, menos de cinco anos; 49,8% estavam na primeira experiência na EJA; e 15% tinham experiência anterior com a educação profissional. Esses dados demonstram que a maioria dos professores estava em início de carreira e somente uma parte apresentava experiência consolidada em EJA e educação profissional. O que reflete uma situação comum nas ofertas educacionais da rede pública, principalmente no ensino noturno e nas periferias, situação essa que merece maior atenção por parte das estruturas governamentais, no entanto, não serão discutidas aqui devido aos limites dessa pesquisa.

No Estado de Mato Grosso, a implantação do PROEJA ocorreu no ano de 2009, em sete unidades de Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJAs, com a oferta dos seguintes cursos técnicos: Secretariado, Vendas, Gestão de Negócios, Serviços de Restaurante e bar e hotelaria, conforme divulgado pela Secretaria Estadual de educação do Mato Grosso - SEDUC (Mato Grosso, 2011). Destaca-se que os CEJAs, são espaços plurais de atendimento que compreendem a Educação Formal e Informal, voltada à integração dos jovens e adultos ao mundo do trabalho, ao qual, o PROEJA integrou-se totalmente. Em 2012, a oferta do PROEJA foi ampliada e passou a ser ofertada em 10 CEJAs, também com novos cursos: Administração, Contabilidade e Recursos Humanos.

Os cursos ofertados em Cuiabá foram escolhidos com base em consulta aos estudantes de EJA e avaliação dos arranjos produtivos locais e regionais. Os critérios para seleção de alunos nesse Estado foram: a conclusão do ensino fundamental e a idade mínima de 18 anos, bem como a condição socioeconômica do aluno. Com relação à atribuição de aula, os professores praticamente permaneceram os mesmos já atuavam nos CEJAs nas disciplinas do núcleo comum, e nas específicas, segundo a necessidade, foram efetuadas novas contratações em razão da área técnica do curso a ser ofertado.

Os planos curriculares dos cursos técnicos seguiram a mesma lógica de organização da EJA em nível médio, ou seja, por área de Conhecimento: Linguagem; Ciências da Natureza e



Matemática; e Ciências Humanas e Tecnologias, organizados por trimestres. Em 2009 quando foi implantado, o curso tinha carga horária de 2.400 horas para ser realizado em três anos. A partir de 2011, passou a contemplar uma redução da carga horária para 2.120 horas, sendo 1200 horas para a base nacional comum, 800 horas para a base técnica de cada curso e mais 120 horas para TCC. Dessa forma, passou a ser possível a conclusão em dois anos. Essa iniciativa intenta favorecer a maior permanência dos alunos nos cursos devido aos altos índices de evasão identificados.

Embora o PROEJA, seja um programa nacional com direcionamentos estabelecidos pela SETEC/MEC<sup>ii</sup> quanto às suas bases teóricas e metodológicas, a organização do currículo, seleção dos alunos e outras determinações estruturais ficam a cargo das próprias esferas ofertantes. Em função disso, são observadas algumas características diversificadas em cada Estado, as quais, em maior ou menor proporção, podem influenciar na efetividade dos cursos.

### 1.1. OS NÚMEROS DO PROEJA NO BRASIL COM DESTAQUE PARA MATO GROSSO E PARANÁ

As matrículas do PROEJA nos dois Estados apresentaram um crescimento gradativo e proporcional ao que foi observado na totalidade do país durante o período de 2008 a 2011. A similaridade se manteve também em relação ao decréscimo ocorrido em 2012 (Tabela 1). No mesmo sentido corrobora os dados do IBGE (2010): “o público EJA apresenta dados alarmantes: dentre os jovens de 18 a 24 anos, 36,5% haviam abandonado o estudo antes de completar o ensino médio em 2010”.

O decréscimo pode estar relacionado tanto com os problemas que desde o início se manifestaram como, dificuldade de permanência dos alunos, formação de professores, falta de laboratórios equipados, metodologia diferenciada, etc., quanto ao incentivo destinado pelo governo aos cursos na forma concomitante pela criação do PRONATEC<sup>iii</sup>. Esse programa, criado em 2011, apresentou grande investimento de recursos e um diferencial em forma de bolsa oferecida aos alunos que até então não era disponibilizada para a rede estadual.

**Tabela 1.** Número de matrículas do PROEJA no Brasil, Paraná e Mato Grosso, no período de 2008 a 2012.

Ano	Brasil	Paraná	Mato Grosso
2008	14.939	1.165	
2009	19.533	1.631	227
2010	38.152	1.723	405
2011	41.971	1.481	497
2012	35.993	1.150	423

Fonte: Brasil 2012-Inep/Indicadores educacionais

O fato de ocorrer diminuição no número de matrículas chama a atenção para a efetividade desse programa e para a necessidade de redirecionamentos e ajustes, considerando a sua representatividade para a EJA e as suas finalidades de criação, dentre as quais, para “enfrentar



as descontinuidades e o voluntarismo que marcam a modalidade e integrar a educação básica a uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica desses coletivos” (Moura, 2006: 1).

Com relação a não permanência nos cursos, há de se considerar vários fatores, dentre os quais, que os sujeitos da EJA, ao retornar aos estudos “não têm a escola como principal centro de responsabilidade de suas vidas, pois, estão em primeiro lugar, o trabalho, a família ou situação outra que determina muito de suas decisões, a fazer períodos de interrupções nos estudos” (Barbosa 2009: 37).

Uma pesquisa realizada por Neri (2012: 16), com base nos dados indicados pelo Gallup World Poll, em relação à satisfação da população brasileira com o sistema educativo comparado com outros países da América Latina e resto do mundo pode ser assim indicada: apenas 57,7% da população está satisfeita com a oferta escolar. São nove pontos abaixo da média mundial que são de 66.36%. Segundo o autor, “esse seria um indicativo do alto nível de evasão escolar no Brasil”.

Sobre as razões pelas quais jovens não optam pelo ensino profissional, e também os motivos que os levam abandonar o curso pela metade, os dados da pesquisa de Neri (2012) apontam que:

Com relação aos motivos de evasão escolar, ou seja, as razões de ‘porquê’ não terminou o curso profissional, um número expressivo de 40% aponta, dentre as razões: a falta de interesse falta de relação da teoria com a prática associadas à atividade laboral escolhida, e insatisfação geral com curso (Neri, 2012: 22).

Além dos aspectos pessoais, tem também os entraves da própria estrutura escolar e curricular. Questões como: tempo de estudo, preparo do professor e compreensão dos conteúdos desenvolvidos, que podem interferir na decisão dos alunos em permanecer ou não na escola. Portanto, a lógica de permanência nessa modalidade tem que ser vista de outra forma, não cabe dizer que esses sujeitos “abandonaram” “evadiram”, simplesmente, pois, por estarem abandonados, e às vezes dentro da própria escola, não puderam nela permanecer.

Dessa forma os dados de matrícula e conclusão do PROEJA, nos dois cursos analisados (Quadro 1) nos mostram que o índice dos concluintes/diplomados foi muito abaixo do esperado. No Estado do Paraná ficou em torno de 25%, em Mato Grosso em torno de 58%. Isso indica que grande parte, ou a maioria no caso do Paraná, embora tenham demonstrado o desejo de estudar, ao fazer a matrícula e frequentar o curso por um determinado tempo, não puderam permanecer até o final.

**Quadro 1.** Dados de matrícula e conclusão/diplomação dos alunos do PROEJA de duas escolas estaduais situadas em municípios de Estados Brasileiros, no período de 2009 a 2011.

	Dados da matrícula						Dados da conclusão					
	Sexo			Faixa Etária			Sexo			Faixa Etária		
Municípios	F	M	T	18-27	28-37	38-47	F	M	T	18-27	28-37	38-47



Cuiabá	24	2	26	22	4		15		15 (58%)	15		
Cascavel	16	13	29	17	7	5	5	2	7(25%)	2	2	3

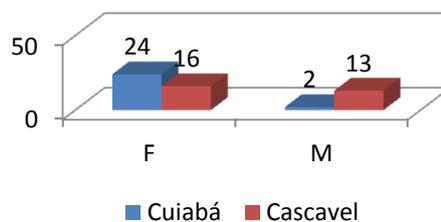
### A QUESTÃO DO GÊNERO E A PERMANÊNCIA NOS CURSOS

Dentre os alunos matriculados nos dois cursos dos dois Estados percebemos que a maioria foi do sexo feminino, sendo a disparidade maior dentre os alunos de Cuiabá MT, no qual, dos 26 alunos somente dois eram do sexo masculino. Em Cascavel a proporção, embora maior para o sexo feminino (16) ficou mais equilibrada em relação ao sexo masculino (13).

Segundo estudos de Hirata (2002) está havendo uma procura maior das mulheres pela formação, porém, apesar das discussões e estudos que mostram a inserção das mulheres em todas as áreas, mesmo naquelas de domínio dos homens, e dos posicionamentos contrários à divisão sexual do trabalho, o que se pode observar é uma inserção tímida e subordinada, uma vez que quando as mulheres conseguem adentrar os espaços considerados masculinos, sofrem pela desigualdade e desvalorização do trabalho, além da hierarquização em prol da masculinidade.

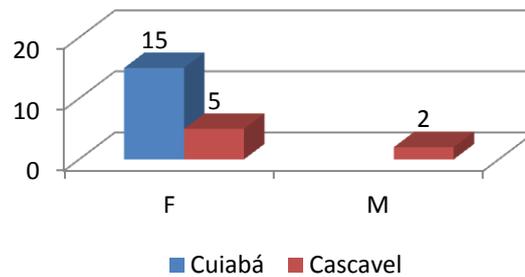
A maior presença de mulheres nos cursos técnicos do PROEJA pode indicar que mesmo nas camadas consideradas mais desfavorecidas, as mulheres estão buscando o conhecimento e o preparo para encontrar o seu lugar no mundo da produção, uma vez que muitas são chefes de família ou contribuem com as despesas em igualdade com o marido (Gráfico 1).

**Gráfico 1.** Distribuição do número de alunos matriculados no PROEJA, em escola de Cuiabá (Mato Grosso) e em escola de Cascavel (Paraná), por gênero, em 2009.



Ao observarmos a proporção sexual dentre os alunos concluintes/diplomados nos dois cursos e Estados, percebemos que a diferença se intensifica. Dos 15 alunos que chegaram à conclusão em Cuiabá MT, todos eram do sexo feminino, enquanto que em Cascavel PR, dos sete concluintes, cinco eram do sexo feminino e dois do sexo masculino (Gráfico 2).

**Gráfico 2.** Distribuição do número de concluintes/diplomados do PROEJA, em escola de Cuiabá (Mato Grosso) e em escola de Cascavel (Paraná), por gênero, em 2009.



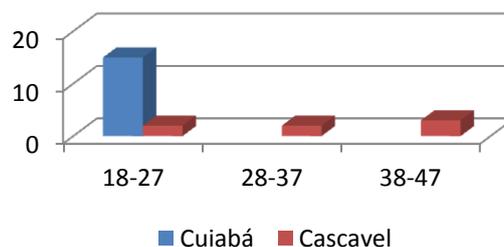
Porém o fato dos cursos técnicos em secretariado apresentarem maior número de mulheres está relacionado à própria divisão sexual do trabalho que atribui os trabalhos mais leves e com menor exigência intelectual às mulheres e os mais pesados e com maior intelectualidade aos homens (Hirata, 2002). No caso de secretariado estigmatizou-se como um curso mais voltado às mulheres.

### A FAIXA ETÁRIA E A PERMANÊNCIA

A faixa etária dos alunos matriculados evidenciou um perfil bastante jovem dos alunos matriculados nos cursos do PROEJA. Em Cascavel PR, a maioria dos alunos estava na faixa de 28 a 37 anos, e em Cuiabá MT, a idade média está entre 18 a 27 anos.

A faixa etária de sujeitos mais jovens vem sendo encontrada com frequência nos cursos da EJA e PROEJA, entre os pesquisadores do tema, os quais denominam de “juvenilização da eja”. Esse fato nos leva a prospectar que a maioria desses jovens interrompeu os estudos logo após a conclusão do ensino fundamental e sentiram-se mais a vontade de retomar os estudos em cursos destinados a jovens e adultos, como o PROEJA.

**Gráfico 3.** Distribuição do número de matrículas no PROEJA, em escola de Cuiabá (Mato Grosso) e em escola de Cascavel (Paraná) por idade, em 2009.



Com relação a faixa etária dos concluintes/diplomados nos cursos, a pesquisa mostrou um aspecto interessante. Em relação aos concluintes de Cascavel/PR, a maioria dos alunos matriculados estavam na faixa etária de 18 a 27 anos, porém, ao analisarmos a faixa etária dos alunos concluintes/diplomados, verificamos que apresentaram faixa etária sobre para a faixa entre 38 a 47 anos.

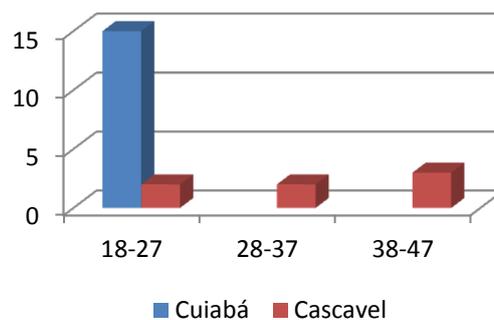
Dentre os vários fatores que podem estar relacionado a esse quadro, podemos destacar a situação de emprego, a qual é mais difícil e inconstante para os mais jovens. Dados do DIEESE<sup>iv</sup>



mostram que 45% da população brasileira considerada desempregada têm entre 15 e 24 anos, ou seja, de cada duas pessoas desempregadas, uma possui menos de 24 de idade. Segundo Pochmann (2012) isso não é um fato novo, desde o início dos anos 1990 que falar de desemprego no país é falar de uma questão ligada à população jovem. O que poderia ter levado os alunos a maiores dificuldades em relação à busca por empregos ou trabalhos em subempregos em horários irregulares que dificultam a frequência nos cursos e impossibilitam a permanência, em contraposição, há de se destacar em relação à maturidade dos alunos com mais idade e maior persistência em cumprir o propósito feito no início do curso.

Com relação aos alunos de Cuiabá a proporção maior da faixa etária mais jovem se manteve entre os concluintes, de igual forma que a faixa de matriculados diferente do ocorreu em Cascavel/PR.

**Gráfico 4.** Distribuição do número de concluintes/diplomados no PROEJA, em escola de Cuiabá (Mato Grosso) e em escola de Cascavel (Paraná), por idade.



Entretanto, vale destacar que os alunos da EJA não se diferenciam apenas pela idade, “mas por serem pessoas que possuem uma história de vida e que procuram a educação formal na busca de sair da marginalidade de uma sociedade letrada, seja para sua sobrevivência ou para a autoafirmação” (Barbosa, 2009: 43).

#### **1.1.1. O QUE DEMONSTRAM OS DADOS**

As experiências desenvolvidas nos dois cursos analisados decorreram de formas diferenciadas de apropriação e movimentação das estruturas políticas que deram os direcionamentos da implantação. No Estado do Paraná a oferta do PROEJA caracterizou a perspectiva de uma educação profissional que foi destinada ao público jovem e adulto. Em Mato grosso a oferta caracterizou uma educação de jovens que incorporou também a formação profissional. O que pretendemos com esse argumento é destacar a diferença das duas ofertas quando uma se volta para a formação profissional e a outra mantém a concepção de EJA mesmo ofertando a formação profissional.

A análise das duas formas de implantação permite identificar a relação entre a organização do currículo e a metodologia utilizada, com as respostas do público em termos de aceitação e permanência. Duas iniciativas no Estado do Mato Grosso podem ser destacadas como



fundamentais nesse processo: a diminuição da carga horária criando a possibilidade de conclusão do curso em dois anos (partir de 2011) e a organização por área do conhecimento.

No Estado do Paraná, pelo que foi possível perceber, a forma de organização não foi redirecionada mesmo após a verificação do grande número de alunos trabalhadores que não permaneceram nos cursos. Nesse Estado, foi mantida a carga horária prevista no Decreto nº 5.840/06 no período de seis semestres (três anos) por considerar fundamental a formação profissional em nível técnico de qualidade, além de assegurar o direito ao conhecimento.

No entanto, hoje sabemos “com base na investigação empírica, que mais formação não cria necessariamente mais empregos, que percursos escolares mais longos, não colocam ninguém ao abrigo da “exclusão social” (Canário, 2007: 3).

Embora na análise realizada não tenha sido possível aprofundar as interpretações devido à dificuldade na obtenção de dados, tendo em vista a distância entre as escolas e Estados e distância das pesquisadoras em relação a essas escolas, não obstante, foi possível perceber e destacar pontos comparativos importantes que certamente interferiram nos resultados identificados em cada uma, como por exemplo, o maior percentual de alunos concluintes na escola situada em Cuiabá MT.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo teve por finalidade analisar comparativamente a implantação dos cursos técnico em secretariado do PROEJA ofertados em Cuiabá/Mato Grosso e Cascavel/ Paraná, com relação a sua efetividade em termos de permanência dos alunos nos cursos. Em síntese, foi possível depreender que a permanência dos alunos jovens e adultos nos cursos técnicos do PROEJA, está relacionada a vários fatores individuais ou em conjunto que perpassam as contingências de desigualdade e exclusão, as quais se inserem na vida desses sujeitos.

Esses fatores podem ser relacionados à forma escolar hegemônica que acaba absorvendo as inovações educacionais; ao despreparo de professores para o trabalho na EJA e aos condicionantes que decorrem da estrutura social como desemprego, subemprego, emprego precário e desemprego e à falta de maior compromisso político com este público, historicamente alvos de programas educativos descontinuados, assistencialistas e precários.

No caso específico dos dois cursos de secretariado que foram analisados, um dos indícios que favoreceram um maior número de finalistas no curso em Cuiabá, pode ser decorrente da organização curricular. O curso ofertado em Cuiabá, organizado por áreas do conhecimento e ofertado em escola com atendimento específico da modalidade da EJA/CEJAs, obteve um número maior de alunos que permaneceram até a conclusão e foram diplomados, enquanto que o outro, ofertado em Cascavel no Paraná que manteve um currículo fechado aos moldes do ensino regular adaptado à formação profissional, obteve menor permanência dos alunos.

Foi observado em nossa análise que a maioria dos alunos matriculados, em ambos os cursos, apresentavam faixa etária mais jovem, porém, ao verificarmos a faixa etária dos alunos concluintes/diplomados verificamos que no curso ofertado em Cascavel/Paraná a faixa etária que chegou ao final do curso era dos alunos mais velhos, os mais jovens não permaneceram. Embora isso não tenha sido padrão, uma vez que no curso de Cuiabá/Mato Grosso não foi observado o mesmo fenômeno, podemos relacionar as maiores inconstâncias de trabalho



sofrido pelos jovens, enquanto que os alunos com mais idade já estão mais estabilizados em relação ao trabalho e a vida de uma forma geral, favorecendo à sua permanência.

O fato da maioria dos alunos dos cursos de secretariado ter sido mulheres pode estar relacionado à divisão sexual do trabalho que estabelece determinadas funções para as mulheres e outras para os homens. No caso desse curso, mesmo tratando-se técnicos em secretariado, estigmatizou-se como sendo um curso feminino.

Com relação a busca e aumento de matrículas, está relacionado com o discurso da 'fé na educação' como ferramenta de crescimento econômico do país, que foi apropriado pela mídia, empresários, sindicalistas, movimentos sociais, e governos municipais, estaduais e federais, e repassados à sociedade como único caminho a seguir em direção à novas oportunidades.

Este modelo com base na teoria do capital humano, não oferecerá à classe menos favorecida oportunidade de crescimento, e acesso ao conhecimento e bens culturais, enquanto ofertar educação de baixo nível e desta forma, o ciclo da divisão social continua a reproduzir-se.

Assim que, o modelo educativo encontrado, não supre as necessidades reais do alunado em busca de uma resposta ou uma saída para seu crescimento socio laboral, principalmente no contexto atual de novas organizações econômicas e exigências no mercado de trabalho, que cada dia exige mais habilidades e competências, condições estas não aportadas pelas atuais políticas de educação profissional.

Por fim, nunca esteve em nosso horizonte, esgotar o assunto tratado, mas trazer questões que levassem a reflexão e novos questionamentos, isso por que, outros desdobramentos poderiam ser analisados no mesmo campo empírico, porém, a distância física entre os municípios e Estados e a distância entre as pesquisadoras se configuraram como fator limitante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, M. J. (2009). Reflexões de educadoras/es e aducandas/os sobre a evasão na escolarização de jovens e adultos. In M. A. da Aguiar (org.), J. Paiva; M. J. Barbosa & W. B. Ferreira, *A educação de jovens e adultos: o que dizem as pesquisas* (pp. 37-74). MEC/SECAD- Universidade Federal de Pernambuco. Acesso em setembro, 07, de 2013 em: [http://www.ufpe.br/cead/eja/textos/dizem\\_as\\_pesquisas\\_1.pdf](http://www.ufpe.br/cead/eja/textos/dizem_as_pesquisas_1.pdf)

Bernadim, M. L.; Jorge, M. C. (2012). A Implantação do Proeja no Paraná: Análise A Partir da Percepção dos Alunos e Professores. *IX ANPED Sul Seminário de Pesquisa Região Sul 2012. Caxias do Sul/RS. ISSN (2238-9229)*. Acesso em Junho, 20, de 2013 em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/396/237>

Buffa, E.; Nosella, P.(1998). *A Escola Profissional de São Carlos*. São Carlos:SP.EdUFSCar.

Brasil. (1988). *Constituição Federal do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.

Brasil (2010). IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Acesso em agosto, 06, de 2013, em:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\\_resultados\\_amostra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm)



Brasil (2012). INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Acesso em setembro, 05, de 2013 em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>

Canário, R. (2007). Nota de Apresentação. Formação de adultos: políticas e práticas. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, n. 2. 3-4. Lisboa: EDUCA e Ui&dCE.

Frigotto, G.(2007). A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Revista Educ. Soc. Campinas*, 28: 100, 1129-1152. Acesso em setembro, 07, de 2013 em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>

Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Editorial Boitempo.

Mato Grosso /SEDUC (2011). *Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso*. Acesso em julho, 12, de 2013 em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8ycdvaon8foJ:www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php%3Fsid%3D20%26cid%3D11619%26parent%3D20+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=es>

Moura, D. (2006). *O PROEJA e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Natal: Mimeo. Acesso em setembro, 07, de 2013 em: [http://www.cefetsp.br/edu/eja/proeja\\_redefederal.doc](http://www.cefetsp.br/edu/eja/proeja_redefederal.doc)

Neri, M. C. (2012). *As Razões Da Educação Profissional: Olhar a Partir da Demanda*. RJ: Rio de Janeiro FGV/CPS. Acesso em junho, 15, de 2013 em: [http://www.cps.fgv.br/cps/bd/senai\\_razoes/Senai\\_Neri\\_texto\\_TEXTOFim.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/senai_razoes/Senai_Neri_texto_TEXTOFim.pdf)

Pochmann, M. (2012). *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. Boitempo.

Rummert, S. M. (2007). A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, n. 2. (pp. 35-50). Lisboa: EDUCA e Ui&dCE.

---

<sup>i</sup> - Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos.

<sup>ii</sup> - SETEC: Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica; MEC: Ministério da Educação.

<sup>iii</sup> - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC

<sup>iv</sup> - Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos.